

BOLETIM DO SINDICATO

Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema



NOVEMBRO 2016 EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

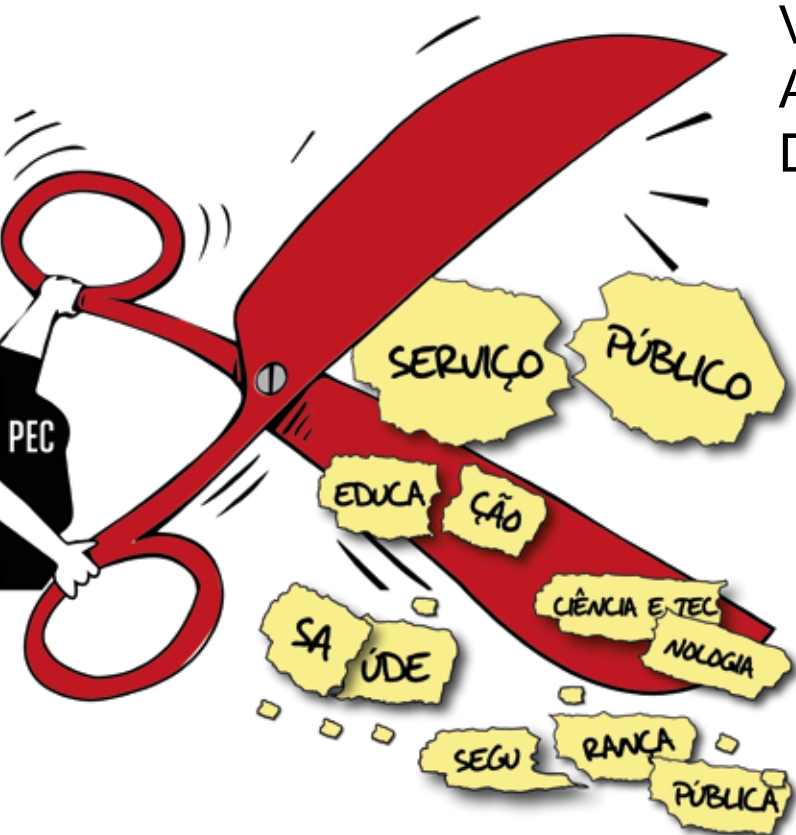


**Vem pra luta!
Isso é com você!**

**NENHUM DIREITO
A MENOS!**

**Concentração no
Sindema às 9h e às 13h,
Aula Pública e Ato na
Praça da Sé às 16h**

**ATENÇÃO SERVIDOR/A
VEJA O QUE VOCÊ VAI PERDER COM
A PEC 241 (AGORA PEC 55) E AS
DEMAIS MEDIDAS ANUNCIADAS**



- ✂ BIÊNIO E QUARTA PARTE
- ✂ AUMENTO E REAJUSTE SALARIAL
- ✂ PLANO DE CARREIRA (INCLUSIVE OS JÁ EXISTENTES COMO O DO MAGISTÉRIO, DOS PROCURADORES E DA GUARDA MUNICIPAL)
- ✂ APOSENTADORIA ESPECIAL DOS/AS PROFESSORES /AS
- ✂ CONCURSOS PÚBLICOS

11 DE NOVEMBRO É DIA NACIONAL DE GREVE

Os servidores municipais de Diadema decidiram engrossar a greve geral que está sendo convocada pelas Centrais Sindicais para o dia 11 de novembro, Dia Nacional de Greve.

A decisão foi tomada no dia 26 de outubro, após assembleia da categoria ter avaliado os riscos promovidos pelas medidas que vem sendo anunciadas pelo governo golpista como a PEC 241 (agora no Senado chama-se PEC 55), conhecida como “PEC da Maldade” ou “PEC do fim do mundo”, que congela os investimentos públicos por 20 anos, a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista.

Até a paralisação, os municipais de Diadema têm a missão de contribuir com a mobilização de outros trabalhadores e da população.

Oito centrais sindicais brasileiras – a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Conlutas, a Força Sindical, a Intersindical, a Nova Central e a União Geral dos Trabalhadores (UGT), preparam uma greve geral para o dia 11 de novembro. A paralisação de diversas categorias é planejada como parte de uma escalada da mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras contra medidas que vem sendo anunciadas e defendidas pelo governo não eleito de Michel Temer (PMDB).

As principais pautas levantadas pelas centrais são a crítica da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 – já aprovada na Câmara dos Deputados e que agora tramita no Senado como PEC 55 e as discussões em torno da reforma trabalhista e da Previdência.



CATEGORIA VAI ÀS RUAS PARA CONSCIENTIZAR TODA POPULAÇÃO

Alem de aprovar a adesão ao Dia Nacional de Greve – 11 de novembro, a assembleia definiu algumas estratégias para mobilizar os servidores municipais e a população para a greve geral. Entre elas estão a realização de panfletagens e diálogo com a população sobre as ameaças que pairam sobre a classe trabalhadora, além da realização de reuniões com os/as servidores/as nos locais de trabalho, campanha de esclarecimentos nas redes sociais e reuniões com o comando de mobilização.

POR QUE VAMOS PARAR

PEC 241 A Proposta congela os investimentos públicos pelos próximos 20 anos e traz grandes riscos para o serviço público em geral. Estudos demonstram que se a PEC tivesse sido implementando há 20 anos, o salário mínimo seria 550 reais e não 880, como atualmente. Para os próximos 20 anos, com sua implantação, a Educação perderá cerca de 480 bilhões e a Saúde, mais de 400 bilhões. Outras consequências das medidas previstas na PEC poderão ser a revogação ou alteração da política de valorização do salário mínimo (SM), o congelamento de salários, a não concessão de vantagem, aumento, reajustes ou adequação de salários e remunerações dos /as servidores/as públicos, proibição de novos planos de carreira e congelamento dos que existem atualmente e o fim dos concursos públicos, dentre outras.

Reforma da Previdência: O principal ponto das discussões que o governo não eleito vem fazendo em torno da reforma da Previdência, se tal medida for implementada, é que a aposentadoria seria somente a partir dos 65 anos, igualando a idade entre homens e mulheres, acabando com a aposentadoria especial dos/as professores/as e desvinculando-a do salário mínimo inclusive com mudanças para quem está na ativa

Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho (PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado). Atualmente, apenas atividades-meio - ou seja, que não tenham relação direta com o ramo de atividades da empresa – podem ser terceirizadas. Em geral, empregados terceirizados sofrem com alta rotatividade e salários menores quando comparados com os outros.

Fim da CLT / Prevalece o Acordado sobre Legislado ao permitir que acordos coletivos estejam acima das leis trabalhistas (PL 4193/2012 – Câmara). Um dos eixos do que o governo vem defendendo no campo trabalhista, a ideia significa que acordos coletivos entre empregados e patrões prevaleçam sobre o disposto em lei. Hoje, as negociações, em regra, não podem estar abaixo do patamar legal. Se a proposta for implementada, direitos contidos na legislação poderão ser desrespeitados.

PL 257: congelamento de salários de servidores - O Projeto de Lei 257 versa sobre o auxílio financeiro que a União pretende prestar a estados e municípios em dificuldades. Entre outras, uma das contrapartidas presentes no PL, entretanto, é que os governos congelem os salários de servidores públicos e não realizem novas contratações no funcionalismo.

**DEM PRA LUTA! ISSO É COM VOCÊ!
NENHUM DIREITO A MENOS!**



Quer se informar sobre essas medidas?
Acesse a pagina do SINDEMA no facebook
<https://www.facebook.com/sindema.org>